

“Disse que eu estava preso e que aguardasse”: a correspondência de Josué Guimarães como (re)construção de um eu e de um tempo

Miguel Rettenmaier*

Bruna Santin**

Sem as cartas, a vida seria totalmente imperfeita e pouco nos diferenciariamos dos mudos, dos brutos. (HAROCHE-BOUZINAC, Escritas epistolares, 2016)

Resumo: Este trabalho discutirá o encaixe do gênero epistolar no panorama dos estudos culturais, utilizando como corpus as missivas do escritor Josué Guimarães, sob guarda do ALJOG/UPF, na Universidade de Passo Fundo. Constatou-se que nas cartas do autor, percursos de escrita literária e relatos de um tempo foram recorrentes, auxiliando a descoberta daquilo que provavelmente nunca foi evidenciado em outros pronunciamentos.

Palavras-chave: Correspondência. Josué Guimarães. Estudos culturais.

Abstract: This work discusses the slot of the epistolary genre in the panorama of cultural studies, using as corpus the letters of the Brazilian writer Josué Guimarães, under the custody of ALJOG/UPF at the University of Passo Fundo. In the author's letters, literary writing paths and accounts of a recurring time were probably helping the discovery of other pronunciations.

Keywords: Correspondence. Josué Guimarães. Cultural Studies.

Resumen: Este trabajo discutirá el encaje del género epistolar en el panorama de los estudios culturales, utilizando como corpus las cartas del escritor Josué Guimarães, bajo la custodia de ALJOG/UPF, en la Universidad de Passo Fundo. Se constató que en las cartas del autor, eran recurrentes los caminos de la escritura literaria y los relatos de una época, ayudando al descubrimiento de lo que probablemente nunca se evidenció en otros pronunciamentos.

Palabras clave: Correspondencia. Josué Guimarães. Estudios culturales.

* Professor (Titular III) na Graduação, no Mestrado e no Doutorado em Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF). <https://orcid.org/0000-0002-8523-3270> / E-mail: mrettenmaier@hotmail.com

** Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade de Passo Fundo (UPF), bolsista PROSUC/CAPES (Modalidade I). <https://orcid.org/0000-0002-1241-3772> / E-mail: bruna-santin@hotmai.com



Introdução: “do que pode prejudicar o seu autor”

Vista pela modernidade como um objeto escrito imprescindível para a comunicação interpessoal, das produções quirográficasautógrafas às mensagens eletrônicas, a correspondência é também um objeto de investigação que evidencia trânsitos linguísticos, os quais contam sobre a realidade social tanto quanto a própria historiografia. Mesmo sob algum generalismo de concepções que o miram como um tipo de mensagem de cunho íntimo e particular, o gênero epistolar traz em si traços de movimentos da cultura, associando voz e tempo no que se revela dos tensionamentos da sociedade e do lugar dos sujeitos em um tecido desigual de participação. Da mesma forma que, para Maria Teresa Gonçalves Pereira, a escrita das cartas resulta “do encontro do sujeito com ele mesmo”, a mesma autora observa que o suporte no qual se redige uma carta, o papel, “pressupõe igualmente o conhecimento de valores culturais” (PEREIRA, 2010, p. 198).

Apesar de a acessibilidade ao gênero ser rara, por não ser pública, e, por vezes, render curiosidade e especulações ao olhar de interessados e de colecionadores, quando as cartas estão sob a guarda de centros de memórias institucionalizados, inicia-se um processo de “leitura” de histórias de vida, sob o testemunho sempre comprometido de um “eu” que escreve a sua verdade. E essa escrita faz do íntimo um espaço de confiança e de liberdade, e torna no particular a área, ao mesmo tempo, franca e reservada do que se pode dizer com alguma confidencialidade, mesmo que tal área se invada posteriormente por um pesquisador bisbilhoteiro. Para esse sujeito, que entra na conversa alheia, o confessional revela muito sobre o mundo de um determinado momento, no qual alguém escreve para outro.

O íntimo de uma comunicação interpessoal, quando se observa o contexto em que ocorre o diálogo entre sujeitos, carrega os termos deste contexto, o qual se insere no conteúdo do que se escreve e se narra sobre si. Na carta, o particular permite algumas liberdades, o reservado consente que algo seja escrito e se confesse, quando a distância não permite o face a face. Quando o controle estatal, por exemplo, impõe silenciamentos e cuidados, uma carta guarda em si o receio e a ousadia de tratar de algum assunto, por

mais delicado que seja. Mesmo que uma legislação garanta proteção e sigilos, quem escreve no arbítrio sabe, por mais endereçada que seja a mensagem, por exclusiva que se apresente, quem escreve sabe que está produzindo um documento, uma revelação ou versão de um fato que, salvo no anonimato do remetente, está assinado e datado. Essa fragilidade e tal perigo, contudo, são a maior força de uma carta: ela afiança, sem impedimentos, que uma voz exista, que adentre no cenário social dos discursos como subjetividade que se impõe à laçada da mão ou nos tipos da máquina. Segundo Haroche-Bouzinac, a carta “é um testemunho que pode prejudicar seu autor” (2016, p. 71). Para a mesma autora, “o segredo da correspondência só pode ser garantido em tempos de paz e adquire importância ao mesmo tempo em que se reforça a noção de vida privada” (2016, p. 70).

Josué Guimarães (1921-1986), escritor e jornalista de forte militância, sujeito perseguido pelo Estado burocrático-autoritário de 1964, pouco escreveu em tempos pacíficos. Mesmo que tenha vivido determinados períodos e entremeios democráticos, sua vida profissional se encontra e se inicia nos anos 40, em um momento histórico de sequentes tentativas de ruptura até o golpe militar. Segundo Sodré (1988, p. 583-584):

Gorada, por boas e sólidas razões, a oportunidade, ao fim da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do Nazifascismo, no quadro internacional, e com a derrota do Estado Novo, no quadro nacional, para a instauração de uma estrutura democrática, entramos no Brasil, em prolongada crise, pelo alastramento das relações capitalistas em condições de submissão à penetração imperialista, quando a ânsia de lucro máximo levou a formas inéditas de espoliação.

A vida de jornalista, assim, profissão “de carteira” de Josué Guimarães, experimenta um tempo de “aguda luta ideológica” que envolvem a deposição de Vargas, em 1945 e sua morte, em 1954, “os choques pela posse de Kubitschek e ação militar em 1955, a renúncia de Jânio Quadros e a tentativa da ditadura, em 1961” (SODRÉ, 1988, p. 584), no que irá desaguar no golpe de 1964 e no embrutecimento do regime em 1968. Ao que se possa valer, a ditadura civil-militar foi sofrida e relatada por grandes personalidades da música, cinema, literatura e das artes da época. Em inúmeros depoimentos, o regime totalitário implantado em 1964 rendeu inúmeros textos de registros em tons confessionais. Para Santiago (2012), esse é o momento em que os fatos

são dolorosamente vividos para depois se transformarem nas memórias do “corpo vivo que está por trás da escrita” (pos. 428), no retorno dos exilados políticos pela Anistia, no final dos anos 70, pelo qual “se impõe a narrativa do tipo autobiográfico” (pos. 458). Tais registros, ainda, nos deslocamentos históricos e na progressão das possibilidades democráticas, permitirão outras vozes, de espaços outros de alteridades antes emudecidas. Segundo Santiago (2012, pos. 501, grifos nossos):

Se não me engano, é pela via da marginalização que se propaga e frutifica a fórmula do relato autobiográfico, ou memorialista (numa visão não conservadora), nos anos subsequentes ao retorno dos exilados. Só que o fenômeno da marginalização é compreendido como uma espécie de exílio interno: trata-se de determinados *grupos sociais que eram e são desprovidos de voz dentro da sociedade brasileira, cuja voz era e é abafada*. Não é fácil explicar como aflora a *questão das minorias sociais no Brasil*, mas sem dúvida ela brota por um movimento anti-hegeliano de inflação do ego.

Mas as memórias estão em outras partes, não apenas nos livros que se publicam, nas narrativas constituídas por passagens de vida e trânsitos determinados. Podem estar fracionadas, desordenadas, incompletas e jamais publicadas. Nesse sentido, a correspondência é um acesso ao que pode ser lembrado pela leitura de outrem, em específico, de um pesquisador de acervo literário. Pela investigação do acervista, o passado deixa de ser passado e passa a ser algo que fica. Fragmentos de diálogos do escritor gaúcho Josué Guimarães, recortados das missivas do escritor que estão no ALJOG/UPF (Acervo Literário de Josué Guimarães, sob guarda da Universidade de Passo Fundo desde o ano de 2007) são testemunhos de memória social, mais do que de uma vida particular, já que vida particular, a rigor, não existe. Em relação aos estudos desenvolvidos no ALJOG/UPF, no que diz respeito a Josué Guimarães, pode-se afirmar que essas cartas vão muito além do que uma visão superficial sobre a correspondência pode delimitar; essas missivas, sobretudo, são produtos culturais, redigidos por alguém que foi perseguido pelo poder da época e que se pronunciou sobre as dificuldades que a supressão da liberdade impunha. Seja vivendo na clandestinidade, após o golpe, seja retornando à vida social, ao final dos anos 60, suas palavras nasciam modalizadas pelos riscos, fossem elas escritas no privado, fossem elas públicas, no jornalismo e, após, na

literatura¹. Mesmo assim, escreveu e confidenciou através de trocas epistolares. De certa forma, não soa incorreto afirmar que determinados fatos de vida foram narrados somente através do que está disponibilizado nas correspondências.

Neste estudo, há fragmentos de uma missiva ativa que mostra o desenrolar de fatos ocorridos com Josué Guimarães na ditadura civil-militar, no momento de sua apresentação às forças de repressão. Desta maneira, embasando o estudo do gênero epistolar, serão utilizadas as bases de Diaz (2016), Haroche-Bouzinac (2016) e Santos (1998), justamente para que se possa alocar a correspondência dentro de um parâmetro cultural estudado por teóricos como Escosteguy (2006) e Johnson (2006), referências no que tange propriamente à vertente dos estudos culturais.

2 Correspondência e os estudos culturais: “um discurso sem máscaras”

A relação entre o gênero epistolar e os estudos culturais é complexa. Dentro do escopo de estudos culturais, a correspondência representa o quê? A carta, por muito tempo, esteve sempre à margem, pouco protagonizando, como gênero e referência, debates mais profundos nos estudos literários. Acrescente-se a isso, nas análises de textos literários, certo pudor em conceder atenção a algo de estética variável ou mesmo discutível. Isso se dá, entre muitos outros motivos, pela carta se tratar de um “gênero de escrita aparentemente fácil, simples, espontâneo e pouco rebuscado” (ROCHA, 2017, p. 23).

Felizmente, tal realidade foi desafiada, nos últimos tempos, a ampliar-se. Hoje, estudar cartas fornece um estatuto de amplitude a pesquisadores que as reconhecem como fonte cultural para a pesquisa comprometida com o seu tempo e com o tempo que foi de outro(s), já que

podemos ter nas cartas: 1) Elementos preciosos para a reconstituição de percursos de vida; 2) Fontes de ideias e de teorias não comprometidas pela

¹ Josué Guimarães é um escritor de literatura tardio. Embora desde jovem tenha trabalhado na imprensa, apenas na maturidade se dedica à produção literária, como se verá nas considerações finais.

forma estética; 3) Em certos casos ainda, como os de Madame de Sévigné e de Sórora Mariana Alcoforado, um estatuto exclusivo devido à qualidade da escrita (GALVÃO, 1998, p. 156).

Portanto, a carta, nesta linha, é a relativa reconstituição da personalidade que escreveu e do meio em que estava inserida. Isso diz respeito, também, a como a cultura era e de que forma acontecia, em manifestações ausentes do corpus canônico de objetos privilegiados artísticos, esteticamente comprometidos. Segundo Escosteguy (2006), os estudos culturais devem ser vistos do ângulo político e teórico. “Sob o ponto vista político, os Estudos Culturais podem ser vistos como sinônimo de ‘correção política’ podendo ser identificados como a política cultural dos vários movimentos sociais da época de seu surgimento” (ESCOSTEGUY, 2006, p. 137). A correspondência vê e se vê na cultura da forma mais fragmentada, talvez mais crua, sem maior lavra; alimentada pelas vozes de correspondentes em suas intimidades e testemunhos tem qualitativos de outros predicados, fazendo exatamente jus à angústia daqueles que viveram em épocas difíceis, como as que envolvem os movimentos políticos contemporâneos a Josué Guimarães.

Neste sentido, inserida na história, a carta revela, modifica e amplifica o que já havia sido dito e tomado como verdadeiro até então. A epístola torna-se ponte daquilo que aconteceu e que já não se tem como modificar; são memórias de ações e reações do que foi vivenciado. A palavra da carta é talvez a manifestação cultural em discursividade mais espontânea aos olhos daqueles que conseguem enxergar nas entrelinhas. As missivas também são uma forma de manifestação política e literária, mesmo que de maneira particularizada, e tal característica pode ser aferida dentro dos estudos culturais. Para Baptista (2009, p. 453):

[...] a análise praticada por tais estudos possuem um grande “compromisso cívico e político (no sentido grego e mais radical de intervenção e envolvimento nos assuntos da polis) de estudar o mundo, de modo a poder intervir nele com mais rigor e eficácia, construindo um conhecimento com relevância social (Pina, 2003). Este compromisso político (sublinhemos de novo, no sentido mais lato e profundo do termo) filia-se num contexto mais genericamente definido a partir dos princípios da democracia cultural.

Estudar a correspondência e suas representações apresenta-se como uma forma de validar outros compromissos, além do estético, tais como o cívico e político. Segundo Escosteguy (2006, p. 140), na visão de Williams, importante teórico dos estudos

culturais, “a cultura é uma categoria chave que conecta tanto a análise literária quanto a investigação social”. E as missivas são justamente isso, um gênero paratextual onde os diálogos irrompem de tempos outros, desvelando-se como “um discurso sem máscaras” (SANTOS, 1998, p. 21), mostrando a adesão da personalidade com a sua época e com as próprias posições. Isso por si só justifica ver a carta dentro de um panorama cultural como uma peça que pode colaborar com relatos sobre acontecimentos por vezes desconhecidos, e que assim agregariam no resgate cultural. Amodeo e Heineberg (2019, p. 429) afirmam diante do descentramento dos estudos culturais que “cresce o interesse pela margem, pela periferia, pela diversidade, pela heterogeneidade e pela alteridade em detrimento de uma visão etnocêntrica, única, homogeneizadora e ‘monoidentitária’”. Considerar somente “o cânone”, dentro dessa prerrogativa, portanto, ganha cada vez menos respaldo, abrindo espaço para gêneros limítrofes, como a correspondência. Além do mais, o próprio gênero “limítrofe”, a correspondência, que não se garante como *corpus* na tradição de estudos de literatura, pode equivocadamente alocar-se fora das fontes canônicas quanto o signatário é um romancista e quando sua vida e os problemas que enfrentou perante circunstâncias políticas de determinado período estão enlaçados à sua estética, à sua ficção, à sua forma de resistir.

Bordini (2006, p. 14, grifo nosso), ao se referir aos Estudos Literários e Culturais, afirma:

O método de trabalho dos Estudos Culturais partiu da análise literária para a cultural. Supõe uma primeira etapa atenta a toda espécie de elementos de linguagem, ênfases, repetições, omissões, imagens, ambiguidades, personagens, incidentes, enredo e tema. Isso é feito não pelo elemento em si, mas tendo em vista sua funcionalidade ao mesmo tempo estética, psicológica e cultural. *Essa é determinada como decorrente do intercâmbio de necessidades provenientes da estrutura formal, de necessidades psicológicas oriundas do tipo de indivíduo que escreveu a obra e de necessidades culturais de um certo tipo de sociedade, num certo período.*

A carta apesar do caráter interpessoal que a dimensiona, lida e resguardada por seu destinatário, ou de derivada cópia guardada pelo remetente, acaba descortinando aspectos importantes, que, apesar de não estarem em obras publicadas na literatura, ajudam a entender melhor sobre a subjetividade do autor e sobre seu entorno, sobre as dificuldades que retiram o autor da sombra de seu busto e revelam a face do ser humano. A carta, literatura “crua”, faz o leitor averiguar fatores que descentram as

bases pré-concebidas daquilo que se é conhecido, acionando a literatura para depois verificar aspectos culturais.

3 A correspondência de Josué Guimarães: “a ordem de captura”

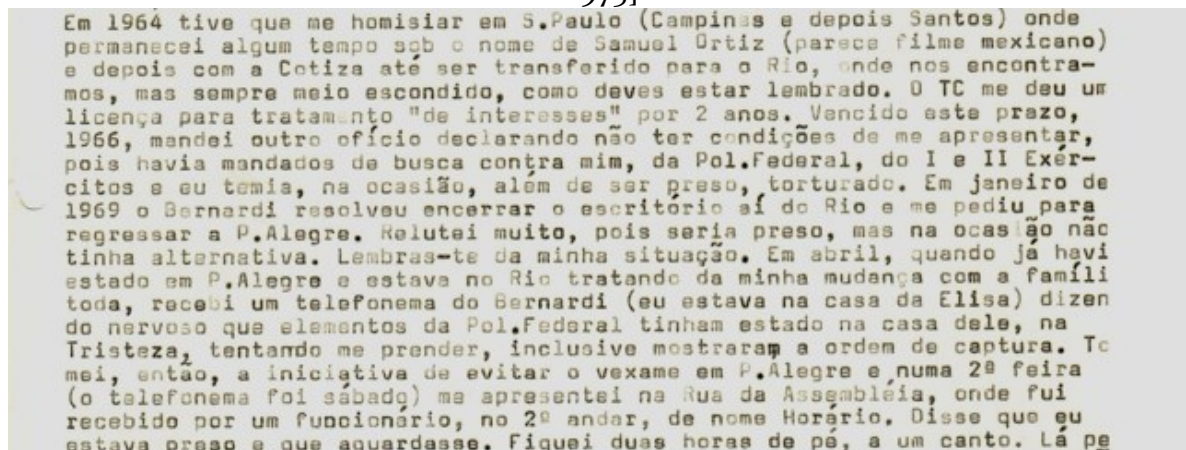
A importância do gênero epistolar reside, aqui se enfatiza, em todos os elementos temporais de uma época em específico e nos registros que redundam na (re)construção de identidade(s). Diaz (2016, p. 56) defende que “a correspondência é um universo virtual em que, na interação de um diálogo mais figurado do que real, negociam-se empiricamente postulações identitárias”. Tais postulações são rotineiramente verificadas nas missivas de Josué Guimarães, sujeito visado pela ditadura e pela censura, elemento silenciado e marginalizado pela ordem repressora. Seu testemunho, então, torna-se fonte imprescindível no que tange à coleta de elementos biográficos de um escritor cuja biografia se apresenta como relato sobre os tempos de “aguda luta ideológica”. Se para Diaz (2016, p. 68), “pode-se em uma mesma correspondência, até mesmo em uma só carta, passar de uma narração anedótica banal para uma lógica de encenação de si autobiográfica”, a carta pode assumir um papel importante na fixação de um testemunho em meio a um contexto de legitimação da ordem vigente pela deslegitimação de vozes divergentes.

Posto isso, é importante esclarecer o papel das missivas na abordagem do estudo, que pretende fixar um encaixe do gênero epistolar no panorama dos estudos culturais, buscando, através de elementos escriturais, peças que auxiliem não apenas no acesso a uma biografia, mas a discursos poucas vezes explícitos em determinados momentos da vida política da história recente. Por isso, é necessário antecipar que, em maioria, os estudos desenvolvidos com tais fontes, contam com o apoio da Crítica Genética. Tal ciência possibilita averiguar processos escriturais desenhados pelo escritor e buscados por um pesquisador. Por isso, nessa perspectiva adotou-se uma visão de carta/manuscrito, já que, segundo Pino e Zular (2007, p. 18) “por manuscrito entende-se qualquer documento que seja possível encontrar um traço de processo de criação”.

Contudo, é importante frisar que, no ALJOG/UPF, nem todas as missivas carregam consigo essa característica, como o é caso da fixada neste estudo e, nem por isso, ganham papel secundário nas pesquisas, cada qual interpretada com extremo rigor no que tange à ética com o estudo de fontes tão particulares. Da mesma forma como alguns textos têm traços de seu tempo e de sua sociedade na raiz de uma intimidade, tal registro pessoal de vida não precisa ser publicado pela investigação. Certas partes das missivas podem, então, não serem reveladas, em uma autocensura que atua nas decisões do investigador. Aqui, neste estudo, optou-se pela divulgação fragmentada dos documentos não divulgando cartas na íntegra e nem o nome do destinatário, a fim de que a memória possa ser zelada e respeitada.

O caso do fragmento exposto a seguir, por exemplo, de cunho testemunhal sobre os acontecimentos que envolviam Josué Guimarães e a ditadura civil-militar, em um tom confessional, sob a guarda do ALJOG/UPF, dispensam que se exponha para quem se escreveu. Importa o que se narra:

Figura 1: Fragmento de correspondência enviada por Josué Guimarães² [possivelmente 1975]³



Em 1964 tive que me homislar em S. Paulo (Campinas e depois Santos) onde permaneci algum tempo sob o nome de Samuel Ortiz (parece filme mexicano) e depois com a Cotiza até ser transferido para o Rio, onde nos encontramos, mas sempre meio escondido, como deves estar lembrado. O TC me deu um licença para tratamento "de interesses" por 2 anos. Vencido este prazo, 1966, mandei outro ofício declarando não ter condições de me apresentar, pois havia mandados de busca contra mim, da Pol. Federal, do I e II Exércitos e eu temia, na ocasião, além de ser preso, torturado. Em janeiro de 1969 o Bernardi resolveu encerrar o escritório aí do Rio e me pediu para regressar a P. Alegre. Relutei muito, pois seria preso, mas na ocasião não tinha alternativa. Lembra-te da minha situação. Em abril, quando já havi estado em P. Alegre e estava no Rio tratando da minha mudança com a família toda, recebi um telefonema do Bernardi (eu estava na casa da Elisa) dizem do nervoso que elementos da Pol. Federal tinham estado na casa dele, na Tristeza, tentando me prender, inclusive mostraram a ordem de captura. To me, então, a iniciativa de evitar o vexame em P. Alegre e numa 2ª feira (o telefonema foi sábado) me apresentei na Rua da Assembléia, onde fui recebido por um funcionario, no 2º andar, de nome Horário. Disse que eu estava preso e que aguardasse. Fiquei duas horas de pé, a um canto. Lá pe

² A data da correspondência é presumida pelos pesquisadores como sendo de 1975, dada algumas informações na missiva. No entanto, não se tem uma data precisa do envio.

³ Em 1964 tive que me homislar em S. Paulo (Campinas e depois Santos) onde permaneci algum tempo sob o nome de Samuel Ortiz (parece filme mexicano) e depois com a Cotiza até ser transferido para o Rio, onde nos encontramos, mas sempre meio escondido, como deves estar lembrado. O TC me deu uma licença para tratamento "de interesses" por 2 anos. Vencido este prazo, 1966, mandei outro ofício declarando não ter condições de me apresentar, pois havia mandado de busca contra mim, da Pol. Federal, do I e II Exércitos e eu temia, na ocasião, além de ser preso, torturado. Em janeiro de 1969 o Bernardi resolveu encerrar o escritório aí do Rio e me pediu para regressar a P. Alegre. Relutei muito, pois seria preso, mas na ocasião não tinha alternativa. Lembra-te da minha situação. Em abril, quando já havia

Fonte: ALJOG/UPF.

Tal testemunho ressignifica o cenário que Josué Guimarães viveu e a história que lhe afligia. Em um momento de desespero, Josué trata ao seu correspondente de uma contenda jurídica pela qual lutava. Obrigado à clandestinidade, após um pedido de licença concedido, Josué Guimarães, vencidos os prazos, não pode retornar, sob receio de ser preso e torturado. Entre o abandono de suas funções e o risco de prisão, o Guimarães pretende uma solução pela via judicial, o que o mobiliza em duas ações. Em primeiro lugar, decide se apresentar às forças legais, motivado não apenas pela irresolução na questão dos Direitos de Trabalho, mas pelos constrangimentos que amigos em Porto Alegre vinham sofrendo. A segunda ação corresponde ao relato em carta na qual dá conta a uma pessoa de suas relações sobre o que aconteceu, sobre os episódios que envolveram sua apresentação às autoridades e busca apoio do destinatário. A carta, contudo, mostra, além do relato de Josué Guimarães, facetas do *modus operandi* da ditadura civil-militar no tratamento a seus desafetos. Associados às prisões e às torturas, há os procedimentos que envolvem aparatos legais e policiais de intimidação. Josué está nas mãos das decisões judiciais de um regime autoritário, concretamente à mercê de autoridades subalternas, temíveis, algumas delas capazes do pior; ao mesmo tempo, seus amigos são visitados por agentes da repressão, outras perigosas autoridades subalternas. A tortura de ordem moral vai, assim, dessas ações que movimentam órgãos de justiça às pequenas perversidades. Declarado preso, Josué Guimarães é obrigado a permanecer por horas em um canto da delegacia, à espera do que viria. De qualquer forma, o que também se diz é que, por anos, desde 64, o autor consegue enganar o regime e seus órgãos de “inteligência”, que só o capturam por decisão do procurado em 69.

Neste ponto, aflora-se, novamente, a velha questão já acordada. Diante de relatos de cunho particular, de um momento determinado da história brasileira, e

estado em P. Alegre e estava no Rio tratando da minha mudança com a família toda, recebi um telefonema do Bernardi (eu estava na casa da Elisa) dizendo nervoso que elementos da P. Federal tinham estado na casa dele, na Tristeza, tentando me prender, inclusive mostraram a ordem de captura. Tomei, então, a iniciativa de evitar vexame em P. Alegre e numa 2ª feira (o telefonema foi sábado) me apresentei na Rua da Assembleia, onde fui recebido por um funcionário, no 2º andar, de nome Horácio. Disse que eu estava preso e que aguardasse. Fiquei duas horas de pé, a um canto.

principalmente em âmbito particular vivenciado por Josué Guimarães, ancora-se dentro dos fatos históricos e culturais o gênero epistolar como detentor de acontecimentos do que não se pode ou não se quis narrar publicamente: “a carta torna-se, dessa forma, uma crônica fiel de um amor e de uma vida fartamente anunciados. O remetente mergulha na própria individualidade, dialogando com o outro, buscando nele o entendimento e a confiança absolutos”. (SANTOS, 1998, p. 42). Na carta de Josué Guimarães, estamos tratando de um país, não apenas de um signatário.

Neste ponto, temos a prerrogativa do gênero epistolar que se configura como uma leitura primária (do pesquisador) de acontecimentos particulares, e que somente através da mão dele tomam a esfera pública. Para Johnson (2006, p.102), “os melhores estudos da cultura vivida, são também, necessariamente, estudo de ‘leitura’”. E estudar o gênero epistolar é dialogar com leituras. A carta é um elemento cultural, mas a sua leitura, pesquisa e eventual publicação também o são, justamente, pelo fato de que, ao se trabalhar com tais documentos, os diálogos, como o mostrado acima, transcendem qualquer pretensa objetividade investigativa: o pesquisador toma posição ao denunciar o que houve em dado momento da história. O diálogo privado do autor faz denunciar os abusos do regime que atingia toda uma sociedade e fazia como inimigos os questionadores. A própria escolha do fragmento a ser estudado, a relevância a esse ou aquele escrito, estão na ordem das escolhas da pesquisa, não sendo objetivamente neutra. Eu trato daquilo que me toca na “fala” de outro eu, tocado em mim e por mim. Nessa pesquisa, é a esse grupo de pessoas, por sinal, em grande parte, assemelhado pelas aflições comuns aos anistiados da ditadura, que Josué Guimarães pertence: os que estão sob a hostilidade do poder, mas que registram suas memórias sob distintas formas de resistir. Santos (1998, p. 43, grifo nosso), em sua obra *Ao sol carta é farol* afirma, sobre a mudança do discurso íntimo ao privado:

O hábito de escrever cartas aliadas às confissões e revelações lidas em público não são apenas uma mudança de rumo no gosto popular, mas o início de uma fase no desenvolvimento da sensibilidade artística, marcada agora pelo liberalismo econômico e pelo desejo revelado pelo autor, de tornar o sentimento um instrumento de comunicação, um meio *expressivo de influenciar os outros e tornar o ouvinte ou leitor testemunha direta de um conflito íntimo de espírito e consciência.*

A correspondência é um gênero que foi escrito para ficar na esfera particular. No entanto, quando é resguardada, quando a pulsão de destruição não é o suficiente, mesmo sob as incertezas do paradeiro posterior da carta, vê-se aí um desejo: a ruptura de silêncio. E esse ensejo pode acontecer décadas após os acontecimentos, quando, para que fatos já consumados sejam reavaliados, a carta saia da escuridão do papel no armário.

Em 1975, o destinatário era o interlocutor ao qual Josué Guimarães, movido por essa pulsão inconsciente, confiou o seu relato. Hoje, não com o papel de destinatário, mas de produtor de conhecimento, o pesquisador reenquadra o texto a outra recepção, que o publica, sob parâmetros éticos rigorosos, e o ressignifica, como peça que faz parte da vida da sociedade. Isso acontece justamente para que se releia um momento vivido, o qual, embora particular, está completamente enlaçado com o mundo político de seu tempo e, sobretudo, de nosso presente.

4 Considerações finais: um gênero de margem, um sujeito de “fora”

O ingresso de Josué Guimarães como ficcionista não se deu apenas pelas intenções de um sujeito propenso à produção literária. Jornalista perseguido, ao retornar à vida pós-clandestinidade, sua grande dificuldade passou a ser recolocar-se em empresas de comunicação. Seu nome, de alguma forma, estava visado, e as oportunidades se esgotavam. Josué Guimarães, o jornalista, dedicou-se, então, à escrita de contos e à produção de romances. Seu ingresso na carreira literária aconteceu pela bem-sucedida inscrição em um concurso de contos de importância nacional, no Paraná. Vencedor, iniciou sua atuação como escritor, o que, por ironia, respondia às tentativas de silenciamento que o regime orquestrava: Josué Guimarães, escritor, passou a ser um nome mencionado não apenas pelos leitores dos grandes veículos de imprensa, mas pelos leitores de romances, pelo grande público, aficionado a sua obra. Livros como *A ferro e fogo*, uma trilogia inacabada, *Os tambores silenciosos*, *Enquanto a noite não chega*, *Camilo Mortágua* e, aos leitores jovens, *É tarde para saber*, fizeram de Josué

Guimarães um dos escritores mais queridos de seu tempo. E, em todos os textos, a conotação política se faz constante. Mesmo nos romances históricos, o passado se focaliza pelas lentes do presente e pela perspectiva de um sujeito que, a partir do momento em que os tempos fecharam e as liberdades foram suprimidas, passou a transitar “por fora”, nas margens que fugiam ao poder do Estado.

Silviano Santiago, como referido, associa o surgimento das vozes minoritárias aos testemunhos de pessoas “de fora”, que foram postas além das fronteiras de seu país, os exilados que retornavam contando sua história. O exílio também fez parte da vida de Josué Guimarães e de sua família, entre 74 e 76 em Portugal. Essa carta em que refere seu comparecimento aos órgãos oficiais do arbítrio, pelo que se registra, foi escrita no exílio. São palavras de um sujeito que está “fora”. De forma semelhante, o próprio gênero aqui estudado, pouco validado pelas referências das pesquisas literárias, é uma espécie de textualidade paralela, acidental, aleatória.

As cartas “são escritos privilegiados, porque são fortemente dinamizados pelo projeto de ser que os sustenta” (DIAZ, 2016, p. 94). E associados a essa escrita privilegiada estão os centros de memória, como é o caso do ALJOG/UPF, que transitam até onde o limite da ética permite no que de histórico, social e cultural se revela no aparentemente íntimo. Sob a guarda de um acervo, a correspondência se torna outro documento, que a retira da ordem dos discursos íntimos e a torna fonte de outra linha de leitura, a que observa conteúdo e gênero na ótica de outra semântica. O texto é ressignificado pelo olhar de um terceiro. Nesse aspecto, um fato de vida e um tipo particular de texto são recentralizados: não é apenas uma mensagem de um para um, mas um conteúdo de um para todos, quando a parte que se expressa é um todo em si que se revela.

Não é incomum encontrar nos textos que tratam da vida de Josué Guimarães a menção de que fora descoberto pela repressão em 1969. Sobre sua vida, há essa passagem que dá atividade ao Estado e passividade ao perseguido, que foi localizado depois de muito procurado. A correspondência de Josué Guimarães traz à tona o protagonismo do sujeito ao revelar-se em um período histórico de extrema violência quanto aos contestadores do regime. Entregar-se significava colocar o corpo à disposição da tortura, que a carta revela como um dos medos do autor. Ao ver-se cercado e ao perceber seus amigos em semelhante cerco, Josué se apresenta e retoma seu nome. Não será preso nem

torturado, mas será constantemente vigiado. Os esforços da repressão, dos “brutos”, como refere e epígrafe deste artigo, contudo serão inúteis. Enquanto houver voz, a palavra de Josué transitará em resistência, seja nos livros que o popularizaram, seja na correspondência que deixará presente o que aconteceu no passado, sob o olhar da pesquisa e acervo literário.

Referências

AMODEO, Maria Tereza; HEINEBERG, Ilana. Descentramento e a busca de uma representação intersticial. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 54, n. 4, p. 429-433, dezembro de 2019.

A JORNADA de Josué. Direção: Deise Fanfa. Produção: Jornada de Literatura; UPFTV, ALJOG/UPF. Música: Gerson Werlang. Passo Fundo, RS: UPF, 2011, DVD (90 min).

BAPTISTA, Maria Manuel. O quê e o como da investigação. **Carnets, Cultures littéraires**: nouvelles performances et développement, n° spécial, automne / hiver, p. 451-461, 2009. Disponível em: http://ppg.fumec.br/ecc/wp-content/uploads/2017/06/Maria-Manuel-Baptista_estudosculturais.pdf Acesso em: abr. de 2022.

BORDINI, Maria da Glória. Estudos culturais e estudos literários. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 11-22, setembro de 2006.

DIAZ, Brigitte. **O gênero epistolar ou o pensamento nômade**: formas e funções da correspondência em alguns percursos de escritores no século XIX. Tradução: Brigitte Hervot e Sandra Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz, Tadeu da (org.). **O que é, afinal, estudos culturais?** 3. ed. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2006.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Desconversa**: ensaios críticos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. **Escritas epistolares**. Tradução: Ligia Fonseca Ferreira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, estudos culturais? In: SILVA, Tomaz, Tadeu da (org.). **O que é, afinal, estudos culturais?** 3. ed. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2006.

PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. Cartas: alternativas para leitura na era da internet. In: AGUIAR, Vera Teixeira; CECCANTINI, João Luiz. **Teclas e dígitos:** leitura, literatura e mercado. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PINO, Claudia Amigo; ZULAR, Roberto. **Escrever sobre escrever:** uma introdução crítica à crítica genética. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

ROCHA, Vanessa Massoni da. **Por um protocolo de leitura do epistolar.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas das letras.** Rio de Janeiro, Rocco: 2012. Livro Eletrônico. (Edição Kindle)

SANTOS, Matildes Demétrio dos. **Ao sol carta é farol:** a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas. São Paulo: Annablume, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Literatura Brasileira.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Recebido em 01/06/2022.

Aprovado em 31/07/2022.